



A relatora da resolução foi a eurodeputada eleita pelo PS, Maria João Rodrigues

Parlamento Europeu defende aposta na procura interna

Europa
Sérgio Aníbal

Resolução aprovada defende que desvalorização interna “enfraquece a procura e abranda o crescimento económico”

Ouviu-se ontem em Bruxelas um discurso diferente do habitual proveniente de uma instituição europeia. Não foi da Comissão Europeia ou do Eurogrupo, é certo, mas o plenário do Parlamento Europeu (PE) aprovou com uma maioria clara uma resolução em que se defende, entre outras coisas, que o estímulo da procura interna deve ser uma prioridade para enfrentar a crise, que a Europa tem um enorme défice de investimento, que as reformas estruturais necessárias não devem centrar-se em privatizações e perdas de direitos dos trabalhadores e que os países da zona euro devem coordenar a sua política económica, com os países com maiores excedentes a terem a obrigação de dar um contributo mais forte.

A relatora da resolução foi a eurodeputada eleita pelo PS, Maria João Rodrigues. O documento foi aprovado com 395 votos a favor, 203 contra e 50 abstenções, contando com apoios muito significativos dos dois maiores grupos do Parlamento Europeu, o dos socialistas e o do PPE.

Uma das ideias fortes é a de que a Europa, com um excedente externo

bastante elevado e perante uma conjuntura internacional cheia de incertezas, tem de fazer crescer a procura interna se quiser garantir um desempenho económico mais forte.

A resolução defende que “os elevados excedentes da balança de transações correntes implicam a possibilidade de uma maior procura interna” e assinala mesmo que, no actual cenário, esta é mesmo “a melhor forma de reduzir os desequilíbrios macroeconómicos nos Estados-membros por contraposição à desvalorização interna, que enfraquece a procura e abranda o crescimento económico em toda a área do euro”. O documento defende que a Europa tem um grande défice de investimento, privado e público.

A ideia de que aumentar a procura interna deve ser uma estratégia a usar na tentativa de colocar a economia a crescer e a conclusão de que desvalorização interna tem efeitos negativos representam uma mudança significativa em relação ao que tem sido defendido por instituições europeias e por vários governos da União Europeia.

Maria João Rodrigues explicou ao PÚBLICO que, para conseguir um acordo alargado nesta e noutras matérias, foi importante a forma como o problema foi colocado. “A Europa está confrontada com várias crises, a coesão interna tem de ser reforçada e para isso é necessário reduzir o desemprego. Quando se coloca as coisas nestes termos, é impossível dizer que não”, diz a eurodeputada,

que afirma que as conversas com a Comissão Europeia também foi decisiva no resultado final.

Mas houve resistências fortes, resultantes do “paradigma dominante que é o de pôr todos os Estados-membros a exportar”. Contudo, o facto de a conjuntura económica mundial não ser favorável tem vindo a tornar mais clara a ideia de que “se chega a um ponto em que se o excedente for muito elevado, isso começa também a criar problemas”.

Outra ideia em que o documento tenta introduzir mudanças é a da ordenação de políticas entre os Estados-membros. Aqui, explica Maria João Rodrigues, houve também um compromisso. Por um lado, continua a defender-se a ideia de que cada país tem de resolver os seus desequilíbrios com políticas próprias. Mas, por outro, dá-se muito destaque à ideia de coordenação da política macroeconómica, com os países que apresentam excedentes a terem a responsabilidade de contribuir para um desempenho económico conjunto mais adequado, ajudando os que estão mais limitados nas suas opções.

E pode uma resolução aprovada pelo PE ter influência na política seguida, quer pela Comissão quer pelos Estados-membros? Maria João Rodrigues diz acreditar que “essa mudança já está em curso” e que começou a ser evidente “desde que temos Juncker na presidência”. “O que este relatório faz é ajudar a ir mais longe numa rota de mudança que já está em curso”, afirma.

MIGUEL MANSO